

## **Problematizando o conceito de desenvolvimento: uma reflexão sobre consumo, bem estar e meio ambiente na América Latina<sup>1</sup>**

Prof. Dr. José Alex Rego Soares (UEMG)

Profa. Dra. Érica Renata de Souza (UFMG)

### **Resumo**

O objetivo desta comunicação é debater o conceito de desenvolvimento capitalista e, assim, problematizar o conceito do desenvolvimento nessa lógica segundo a qual o bem estar social é resultante única e exclusivamente das condições materiais. Nesse sentido, abordaremos duas questões importantes para essa análise: i) a relação do local com o global, considerado que o sistema capitalista impõe perdas de condições locais de desenvolvimento a partir da premissa da globalização, estabelecendo uma ruptura entre as condições de acumulação do presente e as condições para o controle dos impactos socioambientais, pareando bem estar social e consumo como sinônimos; ii) o impacto desse modelo para a sustentabilidade, ou seja, a relação entre o poder de consumo de uma sociedade, seu bem estar e o meio ambiente. Referimo-nos à homogeneização do consumo e a um padrão de desenvolvimento que ganha contornos intangíveis, uma vez que a mercadoria é uma consequência da necessidade de gerar lucros, o que é alcançado pela apropriação do trabalho e implica diretamente na produção de conflitos socioambientais. Estabelece, portanto, um tipo de ação econômica que repercute e se desdobra numa padronização da vida e do trabalho enquanto mercadoria, pasteurizando o cotidiano e moldando o espaço a fim de transformar o trabalho em mercadoria equivalente. Endividados sobre o manto do consumo fetichizado, os indivíduos têm que suportar essa dívida para com a sociedade e o ambiente, alimentada pelo mito do progresso e da prosperidade. Qualquer sociedade que encare essa lógica de forma distinta é associada ao atraso, à condição de uma sociedade fora das condicionantes do progresso, “primitiva” ou “atrasada”. As sociedades capitalistas são criadores de novos mitos, novos totens: a mercadoria como o universal da humanidade, símbolo e síntese

---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado na 30ª Reunião Brasileira de Antropologia, realizada entre os dias 03 e 06 de agosto de 2016, João Pessoa/PB.

do progresso e da sustentação de uma cultura de consumo que permite sua autofagia ambiental. Aqui propomos pensar o desenvolvimento a partir do pressuposto de que se faz necessária a reinvenção das condições para a criação de um estilo de vida que integre e seja integrado ao meio ambiente. Nesse sentido, a ordem seria desglobalizar, des-homogeneizar o consumo, pensar o local e suas próprias particularidades, suas tecnologias, seus costumes, suas capacidades de articulação e convivência entre o local e o global, reconhecendo que natureza e cultura não são domínios separados e independentes. Para esse exercício de reflexão, tomaremos questões referentes à América Latina, considerando que a região tem historicamente evidenciado um paradoxo entre propostas neoliberais de desenvolvimento e práticas políticas e econômicas de predação.

**Palavras-chave:** consumo, bem-estar social, meio ambiente.

### **Homogeneização do consumo e um padrão de desenvolvimento místico**

Contudo, em vez de simplesmente separar as teorias econômicas (eruditas, dos profissionais) e as práticas econômicas (ordinárias, dos seres humanos em geral), trata-se de compreender os sentidos das categorias que servem para pensar e atuar no mundo tido como ‘econômico’, ou para agir e pensar ‘economicamente’ nas relações humanas. (Neiburg, 2010, p.228)

Quando falamos em desenvolvimento econômico, via de regra, estamos pensando em um modelo de vida pautado em uma situação clássica que envolve um moderno sistema organizacional pautado no consumo de mercadorias, um modo social – produção, distribuição, troca, consumo (Marx 1982a: 07), que se dá nas relações. Transforma radicalmente o cotidiano dos indivíduos e sua relação direta com natureza,

num processo permanente de alteração do espaço com base no processo de colecionar mercadorias<sup>2</sup>.

O modo de produção capitalista ganha contornos intangíveis, não por produzir mercadorias em si mesmas (a mercadoria é consequência), mas pela necessidade de gerar lucros que é alcançada pela apropriação do trabalho. Estabelece um mecanismo que repercute no mundo e se desdobra numa homogeneização da vida e do trabalho enquanto mercadoria, pasteurizando o cotidiano, moldando o espaço. (Marx, 2002)

Para tanto, faz-se necessário constituir uma forma, uma organização, um modo de produção capaz de produzir e circular essa imensa massa de mercadorias, a partir de uma base tecnológica que se desenvolve em função da necessidade de aumentar ganhos de produtividade. Desta forma, o mais importante é a invenção de uma necessidade de sobrevivência material específica e a inovação tecnológica de um modo global de produção, com a constituição de uma formação institucional, política, ideológica pautada no trabalho livre, na propriedade privada e no livre comércio, alterando o meio ambiente ao seu favor.

A natureza é parte integral do processo de criação de mercadorias e de produção do lucro capitalista. O capitalismo se impõe por sua capacidade de transformar, revolucionar constantemente os seus meios de produção de acordo com seus interesses, gerando um sistema capaz de impor uma grande ofensiva contra meios de organização produtiva e social locais de diversos grupos sociais. A lógica capitalista não suporta a heterogeneidade de organizações produtivas e sociais. Em alguns casos, ele se faz até possível em manter uma convivência com formas não capitalistas, como a utilização do trabalho escravo por grandes empresas capitalistas de ponta no Oriente e na América Latina<sup>3</sup>. Para tanto, faz-se necessário compreender que

“A noção de padrão de reprodução do capital surge para dar conta das **formas como o capital se reproduz em períodos históricos específicos e em espaços geoterritoriais determinados**, tanto no centro como na semiperiferia e na periferia, ou em regiões no interior de cada um deles, considerando as

---

<sup>2</sup> “A riqueza das sociedades onde rege a produção capitalista configura-se em uma ‘imensa acumulação de mercadorias’, e a mercadoria, isoladamente, considerada, é a forma elementar dessa riqueza.”( Marx 2002: 57).

<sup>3</sup> Entendemos que não existe uma forma particular de capitalismo, o que podemos colocar é que existam diferentes formas de capitalismo, conforme a região, a cultura e a sociedade. Dentro do Brasil, podemos afirmar que existem vários capitalisms, em função das condições históricas e sociais de cada região.

características de sua metamorfose na passagem pelas esferas da produção e da circulação (como dinheiro, meios de produção, força de trabalho, novas mercadorias, dinheiro incrementado), **integrando o processo de valorização** (incremento do valor e do dinheiro investido) **e sua encarnação em valores de uso específico** (calças, rádios, celulares, tanques de guerra), assim como as **contradições** que esses processos geram” (Osorio, 2012: 40-41)

A estruturação de um processo de produção de mercadorias veio acompanhada de uma sustentação teórica, formando um *mainstream* (pensamento clássico) capaz de elaborar um pensamento que justificasse as condições gerais de organização de um modo de produção que tem suas bases atreladas ao consumo, e em especial, a sustentação da reprodução do capital do lucro.

O esforço de equalizar o modo de produção a uma lógica de pensamento que justificasse as ações e harmonizasse a geração de lucro por uma classe social elitizada com as condições de consumo individuais - entendidas como desenvolvimento - cria essa relação supostamente “harmoniosa” que tem um papel notável nas condições políticas, histórias e geográficas do desenvolvimento capitalista.

O *mainstream* econômico sustenta que os indivíduos trabalham de maneira racional, com intuito de otimizar seus ganhos frente aos demais agentes. Os agentes econômicos buscam sempre tirar o melhor de uma situação através de sua capacidade de ganhos materiais, inerente ao ser humano, algo “inato” ao *homo economicus*.

Gilberto Dupas encontra em Walter Benjamin outra explicação para esse comportamento radicalmente racional que permeia as teses economicistas.

Para Benjamin, (Walter) a lógica impiedosa do capitalismo é produtora de um desespero crescente e sem fim; a culpa dos humanos, expressa no seu contínuo endividamento para com o capital, não deixa esperança de expiação (Dupas 2006 :138).

Endividados sobre o manto do consumo fetichizado, os indivíduos têm que suportar essa dívida para com a sociedade. A necessidade de auto-sobrevivência dos indivíduos é a eterna “gratidão” com a sua condição de consumidores, uma relação mística, religiosa, que sobrepõe sobre todos os cantos da terra - o mito do progresso, da

prosperidade: “O Capitalismo é uma religião puramente cultural... [...] Sob esse aspecto, o utilitarismo obtém sua coloração religiosa (Benjamin 2005: s/p).

Segundo Dupas, “O mito do capitalismo racional previa que o progresso ocorreria consolidando-se em um ciclo virtuoso de crescimento econômico” (2006: 138). Nesse sentido, seria inconcebível encarar o progresso de outra forma a não ser como condição inerente da diversificação de mercadorias e a venda da sua força de trabalho.

Uma monstruosa consciência de culpa que não se sabe como expiar lança mão do culto, não para expiar essa culpa, mas para torná-la universal para martelá-la na consciência e por fim e acima de tudo, envolver o próprio Deus (Benjamin 2005:s/p)

Qualquer sociedade que culturalmente encare de forma distinta essas condições é relacionada ao atraso, exposta à condição de uma sociedade fora das condicionantes do progresso, “primitiva” ou “atrasada”. Essa sociedade precisa ser embutida de novos mitos, novos totens: a mercadoria como o universal da humanidade, símbolo e síntese do progresso e da sustentação de um *ethos* que permite sua autofagia.

Deparamo-nos com uma proposta de salvação do sistema que se apresenta como capaz de reconfortar o desastre de uma sociedade cheia de imprudências sociais e econômicas, com bem ilustra Garcia dos Santos:

Não seria exagero dizer que as elites começaram a despertar para a seriedade da questão ambiental no Brasil quando o Banco Mundial, pressionado pelas organizações não-governamentais dos países do Norte e diante do inegável desastre de projetos de desenvolvimento que vinha financiando, passou a bloquear alguns empréstimos. Foi preciso que a devastação da floresta amazônica e o lamentável tratamento da questão indígena fossem contestados em instituições financeiras internacionais para que internamente as elites principiassem a perceber a existência de um problema (Santos, 2003: 35)

## **Transformações de mundo e um “novo homem” racional**

As mudanças tecnológicas que ocorreram no século XVIII e XIX serviram para consolidar esse discurso ideológico e político sobre a ciência econômica e o desenvolvimento, no início caracterizado como progresso, “uma interpretação vulgar do desenvolvimento” (Dobb 1971: 11).

A nova ordem econômica mundial que se fixava foi capaz de construir um discurso que se enquadrava dentro de um contexto científico elaborado por um conjunto de pensadores ingleses, em especial J. Stuart Mill. Esses intelectuais buscavam desenvolver um “método da ciência econômica” que “fecha” a relação desenvolvimento, economia e indivíduos, constituindo uma leitura mecanicista da economia, do fluxo circular da renda, ou como afirma Jevons, “a mecânica da utilidade e do interesse individual” (Jevons, 1996: 58)

Paulani (2005) interpreta em especial as idéias de Mill como uma forma de formação de um método econômico puro, diferente das outras ciências sociais, onde o indivíduo se consolida como um ser autônomo dentro dessas transformações que ocorrem naquele momento.

Portanto, caminhamos na criação do *homo economicus*, a ideia de um indivíduo capaz de tomar as melhores decisões de uma forma extremamente objetiva, racional, sempre buscando o maior retorno possível. Esse homem observa o mundo pela lupa do indivíduo, onde a competitividade, a concorrência entre os agentes e a busca por maiores resultados são capazes de alavancar o desenvolvimento das forças produtivas. Logo, o maior benefício individual em sua essência traria maior benefícios coletivos: a máxima satisfação individual é a máxima satisfação social. O homem é visto como um ser racional e conseqüentemente desprovido de suas redes políticas culturais (Paula 2014 : 93), minimizador dos seus erros frente a suas tomadas de decisões, consolidando assim um modelo teórico do desenvolvimento que restringe o espaço público.

Contudo, o conjunto dessas idéias não se fixou de imediato na intelectualidade, mas derivou de um longo processo histórico<sup>4</sup>. K. Polanyi (2000) escreve que as ideias liberais ganharam força somente em 1820, conseguindo dessa forma se fixar no imaginário político e passar de uma corrente de idéias dogmáticas no aparelho político ao próprio pensamento do *mainstream*.

---

<sup>4</sup> Não iremos entrar numa avaliação mais detalhada dessa discussão, ela nesse momento foge aos objetivos centrais do nosso trabalho.

Num primeiro momento, foi entendido que o desenvolvimento de uma sociedade estava ligado ao processo de acumulação de materiais a partir de uma maior divisão do trabalho, tese apresentada e sustentada pelos economistas clássicos<sup>1</sup>, em especial pelo seu principal expoente Adam Smith.

A interpretação do desenvolvimento da escola clássica<sup>5</sup> se sustenta num tempo a-histórico, “naturalização das relações de produção que são basicamente históricas” (Paula, 2014: 56), descoladas do meio ambiente e social, transformando em fatos imutáveis socialmente e com estoques permanentes de recursos naturais, pautada num desenvolvimento social que se relaciona com as bases materiais. O bem estar social é conduzido pela lógica da acumulação material de uma sociedade na qual o momento presente tem que representar um maior volume de acumulação frente a um passado imediato. Pensar olhar o futuro se resume a um processo “infinito” de acumulação de mercadorias, sustentando dessa forma a tese de desenvolvimento econômico frente a um bem-estar-social que se baseia na maior coleção de mercadorias, pautando um padrão de vida focada na maior divisão do trabalho para um aumento da produtividade e conseqüentemente na diminuição dos custos de produção<sup>6</sup>.

A necessidade de sobrevivência material, em grande medida “inventada” pelo capital, age forma concreta no meio ambiente, gerando déficits sociais e ambientais, deslocando-se não apenas dos fatos históricos e sociais, mas também das condições ambientais e seu processo de deterioração numa sociedade que almeja o consumo e o lucro como forma de ideal de desenvolvimento. Enquanto sistema racional que se propõe o capitalismo, encontra um meio para justificar suas ações e conduzir sua base interpretativa “precificação” das coisas. Por essa lógica, tudo no mundo teria um preço o qual, sendo bem calibrado, inibiria ações depredatórias pelo custo que implicaria (Paula 2014 : 130).

O padrão do consumo de mercadorias como qualidade de vida implica num intenso processo de venda da força de trabalho, o mais trabalho, dando características e diferenciações entre os diversos agentes e as diferentes sociedades, a fuga para frente, a fim de caracterizar a venda do trabalho como algo pleno do desenvolvimento.

---

<sup>5</sup> Economia Política num contexto marxista direciona-se aos autores Adam Smith, David Ricardo.

<sup>6</sup> Harvey coloca de maneira sarcástica a essência desse pensamento.

“...os economistas colocam toda atividade econômica na cabeça de um alfinete” (Harvey, 2010: 128).

Uma percepção que subtrai o ser humano enquanto agente social, inserido socialmente na produção, infiltrado em uma sociedade, dentro de um contexto histórico, político, social e espacial, moldando o espaço transformando e se transformando dentro dessas condições espaciais, um ser diferente do outro, mas todos capazes ou tendo as mesmas ambições, mais do que levar o modo de produção aos quatro cantos do mundo o conceito de desenvolvimento é moldar a desumanização, alienação, selar os diferentes tipos de produção, ao passo em que selar essas diferenças não é apenas uma questão de termos organizacionais produtivos, é fundamentalmente uma questão de termos culturais, sociais e espaciais.

### **O consumo como forma de desenvolvimento e a Economia do Bem Estar Social em cheque**

As relações sociais do cotidiano, culturais, sociais, econômicas não pertencem à ordem do global, mas o conceito bem estar social ficou restrito a uma concepção de bem-estar-econômico clássico, conceito esse que não se alterou de maneira significativa nos mais de duzentos e cinquenta anos de capitalismo. O padrão ocidental, o estilo de vida ocidental construído a partir da revolução industrial, foi capaz de gerar uma imposição material que altera drasticamente o espaço. (Hobsbawm, 2011)

Essa lógica de desenvolvimento da sociedade se pauta no quanto é mais rentável, o mais importante é a condição material, a condição mercadoria. Logo, pensar em desenvolvimento e modernização é pensar na mercadoria enquanto forma de organização dessa sociedade, de transformação do espaço no qual essas relações são produzidas.

A pauta mercadoria e bem estar social é tão objetiva que no pós-guerra<sup>7</sup> ganha força as políticas estatais de desenvolvimento ou, em outras palavras, uma maior participação do Estado na economia não independe do debate teórico mais geral,

---

<sup>7</sup> Perry Anderson (1995) faz uma síntese bem adequada sobre a formação do Neoliberalismo enquanto organização política em Mont Pélerin, na Suíça em 1947. Aqui cabe uma ressalva, o autor discorda do conceito (neo) praticado pela maioria dos pesquisadores.

No nosso entendimento não existe nada de novo no conceito de neoliberalismo, apenas uma outra forma de apresentação do projeto liberal, forma essa inclusive paradoxal ao conceito de liberdade, justamente por ser conduzido na maioria dos casos pelo Estados com mão de ferro e até mesmo autoritária, onde os mesmos utilizaram de instrumentos questionáveis para implementação de suas políticas. “Neo” é um liberalismo conduzido pelo Estado de forma a perpetrar uma mudança do papel do Estado na sociedade, a partir do enfoque que se observa o Estado precisa ser forte e com traços autoritários para executar as mudanças sociais a fim de praticar maiores ganhos ao capital.



preservando sempre as premissas básicas dos economistas clássicos (propriedade privada, trabalho livre e mobilidade de capital). O que se coloca aqui é entrada de um agente econômico e político que vai assegurar estabilidade social ou o bem - estar – social dos trabalhadores por meio políticas compensatórias (salários indiretos) do consumo de mercadorias, o consumo e a reprodução de mercadorias e conseqüentemente a expansão dos lucros do capital.

A abordagem que se apresenta refere-se a uma resolução macro econômica para os problemas que se apresentaram, como se uma maior interferência diminuísse a capacidade de acumulação capitalista e seu desenvolvimento (nesse caso o conceito de desenvolvimento não se alterou) ou uma menor participação do Estado<sup>8</sup> seria ideal à dinâmica de reprodução do capital ou vice versa. O que não se leva em consideração é que o papel do Estado “ideal” dentro da economia é dado pela necessidade daquele momento histórico das necessidades de reprodução do capital.

Uma leitura que deixa a desejar, pois, entender que existe uma necessidade de Estado forte para se constituir um mercado forte limita a análise. O Estado não necessariamente precisa ser um agente produtivo ou planejador em última instância para ser forte. O Estado capitalista é resultado da própria dinâmica do capital e é, portanto, uma relação social, entre grupos sociais desiguais. O Estado é forte pelo fato de concentrar a violência dentro de uma perspectiva social, onde as junções de poder são definidas pelos grupos sociais privilegiados.

Essa lógica é tão consistente na sociedade que a própria base do pensamento desenvolvimentista que se norteou a América Latina e colocada como inovadora nos 1950/60 se espelha na base do pensamento clássico de bem estar – social. Mesmo o pensamento cepalino, em última instância, pautou-se pautou nas teses do pensamento clássico, ou seja, mesmo idéias importantes que visavam dar um salto no desenvolvimento econômico latino-americano não conseguiram alterar as condições metodológicas do modelo clássico (Gurrieri 2011: 17). Isto é, uma padronização da

---

<sup>8</sup> Segundo Magdoff “ O Estado assumiu um papel cada vez mais importante, estimulando, influenciando e resolvendo conflitos entre as emergentes empresas gigantes. Tarifas protecionistas e outras barreiras ao comércio – não mais para proteção de indústrias nascentes, mas para benefício das indústrias mais avançadas e mais orientadas para as exportações” ( Magdoff 1979: 141) O que de longe marca uma conduta de um agente econômico com definições claras e que por si mesmo se limita a pensar efetivamente alternativas criativas ao desenvolvimento local, onde a percepção do Estado é cada vez mais global e competitiva e menos ativa sobre ações flexíveis e econômicas locais.

produção aos olhos de um modelo não consegue cumprir o diálogo entre o local e o global.

Essa lógica de organização material da sociedade ignorou na América Latina experiências diversas de organizações sociais, culturais, políticas e econômicas, como a resistência Mapuche, a colonização e sua luta pela independência política. Seu reconhecimento como nação soberana é uma luta antiglobalização, anti-homogenização dos padrões de vida ditos desenvolvidas, assim como as diferentes formas de resistência que aparecem em vários cantos do continente. No Brasil, a luta contra Belo Monte e as inúmeras ações de luta e resistência dos povos indígenas, bem como a luta de Chiapas, no México, são exemplos de ação e resistência contra a lógica de organização do capital.

A ingerência do global sobre local repercute em várias esferas, em especial no que podemos denominar como uma imperialização das relações sociais, que se esconde atrás do manto da cosmopolização dos grupos sociais, dentro de uma esfera global. Stuart Hall vai buscar interpretar esse momento como forma de uma especialização flexível, um retorno ao local:

A globalização (na forma especialização flexível e da estratégia de criação de ‘nichos de mercado’), na verdade, explora a diferenciação local. Assim, ao invés de pensar no global como substituindo o local seria mais acurado pensar numa nova articulação entre o global o local (Hall, 2014: 45)

Ainda nesse momento passamos por um debate sobre a construção de um novo modelo de desenvolvimentismo, os resultados em termos ambientais não são significantes para a questão ambiental, nada mais o que pensar dentro do arcabouço mercadoria, pensar sobre as bases do consumo de mercadorias. Não conseguiu se efetivar de fato uma proposta não é capaz de realizar alterações significativas no que procuramos entender um modelo de desenvolvimento realmente inovador, capaz de respeitar as diferentes esferas sociais.

Consumo, riqueza, lucro e desenvolvimento fazem parte do mesmo diapasão. Sendo assim, como responder a questões urgentes de uma sociedade que se pauta pelo desenvolvimento igual a poder maior de consumo? Num esquadramento geral do capitalismo, podemos afirmar de antemão que essa relação não se sustenta.

Para vários importantes cientistas, a ameaça mais grave à humanidade nesse início de século XXI é o ataque sem trégua ao meio ambiente decorrente da lógica da produção global e da direção dos seus vetores tecnológicos contidos nos atuais conceitos de progresso (Dupas 2006 :219)

Preservação do meio ambiente e consumo dos recursos naturais de maneira racional para as gerações futuras não se encaixa na pauta desenvolvimentista ou dentro do contexto de progresso técnico.

Como lucidamente escreve Santos (2003, p. 30):

Já se disse que o lema do capitalismo verde é salvar o planeta e ganhar dinheiro ao mesmo tempo. Talvez não seja possível salvá-lo, se ficar demonstrado que as duas intenções são incompatíveis...

Abramovay nos oferece alguns dados no seu pequeno artigo de abril de 2015, onde faz uma denúncia marcante (Abramovay 2015 :03). O que está acontecendo na economia global é fato no mínimo muito crítico, as empresas simplesmente não contabilizam a degradação ambiental em seus balanços, camuflam o impacto no meio ambiente, sugerindo que vivemos numa sociedade de consumo de massa viável, com preços deflacionados, podendo com isso elevar suas taxas de lucro, produzindo assim uma sensação de bem estar social e econômico sem alterar o padrão global de produção e, conseqüentemente, de consumo das famílias. Quanto mais global é o padrão, maior é o impacto de degradação do meio ambiente e mais excludentes as relações locais e sustentáveis de produção e consumo.

Gastos não contabilizados são uma forma de alterar o sistema de preços, contudo essa mágica contábil não desaparece tão fácil assim, os seus resultados podem ser sentidos de outras formas, ou de outras medidas que não é o preço direto da mercadoria, mas nos preços indiretos como aponta State of Green Business:

*External costs are incurred whenever a natural resource is used or pollutants are released to air, land or water. The external cost of using a resource, such as*

*water, or emitting a pollutant, such as carbon dioxide, is the cost that is borne by society through the degradation of the environment but which is external to the books of the firm that uses the resource or emits the pollutant.*

*For example, the European Commission estimates that dust and particles from fuel use and other sources cause the premature deaths of almost 370,000 people every year and reduce life expectancy by eight months. Air pollutants could result in between \$246 billion and \$792 billion in societal health costs by 2020. Measures to reduce pollution could cost the market economy around \$9.2 billion annually, saving at least \$55 billion in health costs. The fact that external costs are not included in market prices means that the prices used in markets are generally too low, but not all in the same proportion. For example, burning diesel for road transport generates particulates, which have an adverse effect on human health and the environment. Since the market price does not account for the total social costs associated with this product, these are borne by health services. Fuel taxes apply a cost to diesel in the UK, to at least partially reflect the social costs of this product in the market price so that downstream users pay towards the damage done. In contrast, no taxes are applied to jet fuel kerosene, which has a significant global warming effect. Truecost prices the damage that is done to society by pollution and natural resource use, including quantifying associated human health costs (State of Green Business 2015 : 52:53).*

Os valores dos setores básicos, como alimentação, bebidas, minas e florestas estão extremamente deflacionados para manter a atual taxa de lucro das empresas caso houvesse uma contabilização frente ao custo sócio-ambiental provocado hoje pela nossa opção de consumo de massa (Abromovay 2015 :03).

## **O futuro e o desenvolvimento**

Em meados do século XX começam a surgir, na Economia, preocupações relacionadas ao ser humano, quando alguns autores começaram a desenvolver uma visão mais holística da sociedade.<sup>9</sup> Nicholas Goergescu-Roegen teve um papel

---

<sup>9</sup> Importante aqui a observação de Neilburg de que foi no início do século XX que antropólogos e sociólogos iniciaram suas investigações sobre “os sentidos sociais da Economia” num contexto teórico

fundamental para essa problematização, uma vez que, no final dos anos 60 e início dos 70, já buscava destacar justamente a preocupação com a relação entre meio ambiente, economia e sociedade.

Contudo, somente na segunda metade do século XX o fato se tornou realmente pauta de preocupação: a relação consumo *versus* utilização dos recursos naturais foi definitivamente colocada em questão, bem como a necessidade de se redefinir o conceito de desenvolvimento econômico que se consolida, problematizando-o e ampliando sua definição.

Quando pensamos o desenvolvimento, estamos pensando sob uma perspectiva holística, humana e geracional, a partir das condições de preservação de um estilo de vida mais integrado com meio ambiente ou a sustentabilidade das gerações futuras. O Desenvolvimento Sustentável passa a tomar conta das agendas e muitas ações se organizam em torno de uma proposta de sustentabilidade, de uma menor pegada de carbono<sup>10</sup>.

Contudo, as propostas de Desenvolvimento Sustentável não são capazes de resolver e tocar efetivamente no ponto. As condições de produção colocadas para nossa geração não são apenas uma questão preservacionista no sentido que podemos responder efetivamente a curva de mudança global a partir de iniciativas em vários setores produtivos. Ela representa a escolha de um modo de organização da atividade não apenas econômica, mas social, política e cultural e uma nova reinterpretação do espaço.

O modo de produção capitalista é regime de acumulação e a sua sobrevivência depende de sua capacidade de acumulação, portanto, não existe “desenvolvimento sustentável” que possa responder de maneira séria ao problema da essência do capitalismo. No limite, a diminuição da pegada ecológica é vista como uma variável a agregar valor a um custo de produção, investimento em uma nova tecnologia, contudo essa leitura não resolve a questão chave do processo de deterioração ambiental. Ao contrário, ela coloca no centro de novo a questão mercadoria, o consumo e o padrão de desenvolvimento baseado no consumo da mercadoria (inclusive a mercadoria trabalho).

---

em que buscavam entender as formas de organização da vida social e “os sentidos contemporâneos da modernidade”. (Neilburg, 2010, nota 27, p. 241)

<sup>10</sup> Huella de Carbono (HC):

“Efecto que tienen las actividades humanas (p.ej. cambio de uso de suelo, uso de combustibles fósiles) sobre el clima, en términos del total de GEI emitidos, medidos en unidades de CO<sub>2</sub>.” (Frohmann & OLMOS 2013 : 75)

Nicholas Goergescu-Roegen (1906-1994) foi um autor extremamente inovador ao colocar a questão ambiental fora do circuito clássico da discussão de meio ambiente na economia, e ele mesmo é um dos fundadores do que poderíamos chamar de Economia Ambiental ou Bioeconomia, mas pouco conhecido e, quando lido pelos economistas tradicionais, não incorporado nas discussões.

Goergescu-Roegen (2008) nos oferece uma discussão bem clara do que poderíamos chamar de relação produto/natureza. Através da lei da Entropia, apresenta um ponto de vista alternativo para rompermos com as tradições do *homo economicus* da maximização e a relação não apenas social e política, mas também física (espacial). A questão ambiental é vista como um diferencial de produtos, não entra na esfera da precificação.

O que é absorvido no processo econômico consiste em recursos naturais de valor e o que é rejeitado por ele consiste em resíduos sem valor (Goergescu-Roegen, 2008 :53). Em termos gerais, vemos uma diferença qualitativa, uma diferença dada por um ramo particular da física, a termodinâmica. “Do ponto de vista da termodinâmica, a matéria-energia absorvida pelo processo econômico é-o num estado de baixa entropia e sai dele num estado de alta entropia”. (Goergescu-Roegen, 2008: 53)

Se o processo econômico físico social limita-se a transformar recursos naturais de baixa entropia em resíduos (mercadorias – alta entropia), como se dá essa relação entre a baixa e a alta entropia e seu resultado prático na esfera econômica?

O boi ou búfalo, cuja potência mecânica procede da radiação solar captada pela fotossíntese clorofiliana, é substituída pelo trator que é fabricado e acionado por meio de baixa entropia terrestre. O mesmo se passa no que respeita à substituição do estrume por adubos artificiais. Por consequência, a mecanização da agricultura é uma solução que, se bem que inevitável no impasse atual, deve ser considerado como antieconômica à longo prazo. Ela implica, para a existência biológica do homem, uma dependência sempre crescente relativamente à das duas fontes de baixa entropia é rara...

Na realidade, a utilização econômica do stock terrestre de baixa entropia não se limita unicamente à mecanização da agricultura, antes constitui o problema principal para o destino da espécie humana. Para ilustrar isto, suponhamos que S representa o Stock atual de baixa entropia terrestre e r uma certa quantidade

média anual de esgotamento. Se nos abstrairmos da lenta degradação de S, como podemos fazer sem inconveniente aqui, o número teórico máximo requerido para o esgotamento completo desse stock será  $S/r$ . Esse será também o número de anos ao fim dos a fase industrial da evolução da humanidade terá forçosamente o seu termo. (Goergescu-Roegen, 2008: 61).

A natureza não é passiva em relação ao que podemos chamar de ação e reação. É uma fonte térmica de energia, responsável pela condição de realização da mercadoria através da intervenção do trabalho humano.

A modernização do processo de trabalho, dada a necessidade de se constituir uma sociedade de consumo de massa, leva-nos a observar de forma clara que esse processo globalizante é cada vez mais consumidor desse stock terrestre de baixa entropia, para produção de alta entropia, como já destacamos, mercadoria. A mercadoria é residual e, portanto, ela se torna incapaz de retornar ao meio e se constituir fonte primária de energia – baixa entropia.

O padrão global de consumo se torna, em termos de sobrevivência humana, inviável. Nesse contexto, não haverá espaço para a perspectiva clássica de progresso, desenvolvimento, pautada pelo crescimento da taxa de lucratividade ou coleção de mercadorias, isto é, não passará pela configuração de mercadorias globais ou marcas globais.

A mudança não se dará dentro das esferas da economia, porque passa por uma condição cultural, em especial do resgate das relações de produção e consumo a partir do local, das redes de relações sócio-econômicas.

## **Conclusão**

Discutir as questões de uma economia sustentável implica em repensar o método de consumo ou o produto presente frente ao futuro. Problematizar esse padrão de consumo é rediscutir a globalização, é desglobalizar, des-homonegeizar.

O modelo de consumo capitalista dita o desenvolvimento por um padrão de sociedade que é altamente destrutiva em termos entrópicos, em síntese, da vida. Toda forma de utilização de uma nova condição de energia gera um volume significativo de resíduos, impossível de se tornar fonte de energia. O esforço da produção de petróleo

trás uma destruição maior do que a própria condição de geração de energia gerada pelo seu processo em si.

O desenvolvimento de uma sociedade não se dá pela sua racionalidade. A ordem seria pensar o local e suas próprias particularidades, suas tecnologias, seus costumes, suas capacidades de articulação e convivência entre o local e o global, reconhecendo que natureza e cultura, pessoas e coisas, não são domínios separados e independentes.

Na linha de um das principais demonstrações das disciplinas sociais – de autores como Mauss (2003 [1922]), Malinowski (1978 [1922]), Simmel (1999 [1909]) e Weber (2001 [1904]) -, a atribuição de determinados sentidos a formas de ser e de se relacionar com os objetos (entre eles, as mercadorias e o dinheiro) é parte constitutiva de criação de sujeitos. A subjetivação das coisas e a objetificação das pessoas fazem parte de um mesmo universo no qual se processam as relações humanas e suas transformações. (Neiburg, 2010, p. 240-241)

## **Bibliografia**

- ABROMOVAY, R. A fantasia dos preços. **Folha de São Paulo**. São Paulo, 13 de abr. 2015.
- ANDERSON, P. Balanço do neoliberalismo. In: Sader, E.; Geentil, P (org.). **Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático**. Rio de Janeiro, paz e Terra, 1995.
- BENJAMIM, W. **O capitalismo como religião**. São Paulo, SP. Boitempo: 2005.
- DUPAS, G. **O Mito do Progresso**; ou progresso como ideologia. São Paulo: Editora Unesp, 2006.
- DOBB, M. **Economia Política e Capitalismo**. Rio de Janeiro: Edições Gaal, 1978.
- FIORI, José. L, A miséria do “novo desenvolvimentismo”. **Jornal Valor Econômico**, São Paulo, 30/11/2011.
- FROHMANN, A & OLMOS, X. **Huella de Carbono, exportaciones y estrategias empresariales frente al cambio climático**. Naciones Unidas: Comisión Económica para América Latina y el Caribe (CEPAL), Santiago de Chile, diciembre de 2013



- GEORGESCU-ROEGEN, N. **O decrescimento**: Entropia, ecologia, economia. Coleção economia e política. Lisboa, Instituto Piaget, 2008.
- GURRIERI, A. A Economia Política de Raúl Prebisch. In. Gurrieri, A. (org.) **O Manifesto Latino-Americano e outros ensaios**. Rio de Janeiro: Contraponto; Centro Internacional Celso Furtado, 2011.
- HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro. Ed. Lamparina, 2014.
- HARVEY, D. **O enigma do Capital**: e as crises do capitalismo. São Paulo. Boitempo, 2010.
- HOBBSBAWM, E, J. A era do capital: 1848-1875. São Paulo: Paz e Terra, 2011.
- HUNT, E.K. **A História do pensamento econômico**: uma perspectiva crítica. 2º Ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.
- MAGDOFF, H. **Imperialismo**: da era Colonial ao presente. Rio de Janeiro. Zahar Editores, 1979.
- MARX, M. **O Capital**: a crítica da economia política. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2002.
- NEILBURG, F. Os sentidos sociais da Economia. In: MARTINS, C. B.; DUARTE, L. F. D. (coords.) **Horizontes das Ciências Sociais no Brasil: Antropologia**. São Paulo: ANPOCS, 2010.
- OSORIO, J. Padrão de reprodução do capital: uma proposta teórica. In: Ferreira, C. Osorio, J. Luce, M. (orgs). **Padrão de reprodução do capital**: contribuição da teoria marxista da dependência. São Paulo, SP. Boitempo: 2012.
- PAULA, J. A. **Crítica e emancipação humana**: ensaios marxistas . Belo Horizonte : Autêntica editora , 2014. ( Coleção Economia Política e Sociedade).
- PAULANI, L. **Modernidade e discurso econômico**. São Paulo: Boitempo, 2005.
- POLANY, K. **A grande transformação**: as origens da nossa época. Rio de Janeiro: Elsevier, 2000.
- RODRÍGUEZ, O. **Teoria do subdesenvolvimento da CEPAL**. Rio de Janeiro: Ed Forense Universitária, 1981.
- SANTOS, L. G. **Polítizar as novas tecnologias**: o impacto sociotécnico da informação digital e genética. São Paulo: Editora 34, 2003.
- SOARES, J, A R. **Uma interpretação do novo desenvolvimentismo a partir da conjuntura econômica da América Latina**. Nações Unidas, Comissão Econômica

para América Latina (CEPAL). Primeiras jornadas de planejamento. Santiago do Chile, 2013.

**Fontes digitais:**

State of Green Business: <http://www.greenbiz.com/article/state-green-business-2015>

---